



“TUDO TEM SEU TEMPO”? GÊNERO E SEXUALIDADE NO 1º WEBNÁRIO DA SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

¿«TODO TIENE SU TIEMPO»? GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL 1ER WEBINARIO DE LA SEMANA NACIONAL PARA LA PREVENCIÓN DEL EMBARAZO ADOLESCENTE

“EVERYTHING HAS ITS TIME”? GENDER AND SEXUALITY IN THE 1ST WEBINAR OF THE NATIONAL WEEK FOR THE PREVENTION OF TEENAGE PREGNANCY

Jeane Félix¹

Joseval dos Reis Miranda²

RESUMO

Gênero e sexualidade são questões presentes no cotidiano escolar, quer estejam nas atividades curriculares ou em manifestações informais. Apesar disso, políticas públicas recentes abordam esses temas de forma binária, com foco na prevenção da gravidez na adolescência pela via da abstinência sexual, o que contrasta com perspectivas educativas mais amplas. Em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, promovendo ações e materiais educativos. Este texto analisa o documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois – Coletânea de Artigos Científicos*, resultado do primeiro webinário vinculado a essa política. A análise evidencia uma concepção de gravidez na adolescência como “gravidez precoce” e defende uma educação sexual “moderada” e “conciliadora”, com ênfase na abstinência como alternativa “viável, democrática e eficaz” – aspectos que requerem problematização sob as lentes de gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Gravidez na Adolescência. Educação Sexual.

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil.

² Doutor em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

RESUMEN

El género y la sexualidad son temas que están presentes en la vida escolar cotidiana, ya sea en actividades curriculares o en manifestaciones informales. A pesar de esto, las políticas públicas recientes abordan estos temas de manera binaria, centrándose en la prevención del embarazo adolescente a través de la abstinencia sexual, lo que contrasta con perspectivas educativas más amplias. En 2019, el Ministerio de la Mujer, Familia y Derechos Humanos lanzó la Semana Nacional de Prevención del Embarazo Adolescente, promoviendo acciones y materiales educativos. Este texto analiza el documento «Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois - Coletânea de Artigos Científicos», resultado del primer webinar vinculado a esta política. El análisis muestra una concepción del embarazo adolescente como «embarazo precoz» y aboga por una educación sexual «moderada» y “conciliadora”, con énfasis en la abstinencia como alternativa «viable, democrática y eficaz», aspectos que requieren ser problematizados a través de la lente del género y la sexualidad.

PALABRAS-CLAVE: Género. Sexualidad. Embarazo adolescente. Educación sexual.

ABSTRACT

Gender and sexuality are issues that are present in everyday school life, whether in curricular activities or in informal manifestations. Despite this, recent public policies approach these issues in a binary way, focusing on preventing teenage pregnancy through sexual abstinence, which contrasts with broader educational perspectives. In 2019, the Ministry of Women, Family and Human Rights launched the National Week for the Prevention of Teenage Pregnancy, promoting actions and educational materials. This text analyzes the document “Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois - Coletânea de Artigos Científicos”, the result of the first webinar linked to this policy. The analysis shows a conception of teenage pregnancy as “early pregnancy” and advocates “moderate” and ‘conciliatory’ sex education, with an emphasis on abstinence as a “viable, democratic and effective” alternative - aspects that require problematization through the lenses of gender and sexuality.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Teenage pregnancy. Sex education.

* * *

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Oração ao tempo - VELOSO, Caetano (1989).*

Introdução

Na letra da canção “Oração ao Tempo”, composta em formato de poesia musicada, Caetano Veloso (1989) nos convida a pensar em um tempo com cara bonita, tanto quanto a cara de um filho; um tempo “compositor de destinos” e “tambor de todos os ritmos”; um tempo tão “inventivo” que parece contínuo. Esse tempo, cantado por Veloso, parece abrir possibilidades para pensarmos em um tempo mais fluído, um tempo que permita que a vida seja experimentada de formas distintas pelos diferentes grupos e pessoas, abrindo-se para a compreensão de que “o tempo não é uma dimensão fria, de pura constatação; [pois] permeia-se de desejos e afetos”, como indicou César Ades (2002, p. 28).

O tempo não seria algo fixo e passível de ser experimentado do mesmo modo por todas as pessoas, sequer por uma mesma pessoa em momentos diferentes de sua vida, pois o tempo seria “uma medida incerta e cambiante, algo que pode mudar, variar, ir e vir, que não é fixo nem rígido [...] sendo formado por uma ‘dimensão subjetiva importante’” (Silva, 2012, p. 159). Para Silva (2012, p. 160), portanto, o tempo é visto “como algo que se constitui entre aquilo que aprendemos a codificar, categorizar, contar e os modos como sentimos passar e como experimentamos cada acontecimento das nossas vidas”.

Todavia, vivemos em uma sociedade estruturada a partir da divisão do tempo: nossa vida é distribuída de forma cronológica e em fases do desenvolvimento. Para cada momento dessa cronologia e dessas fases, esperam-se determinados comportamentos de cada um/a e de todos/as nós. Entre essas fases do desenvolvimento humano, encontra-se a adolescência que, de modo amplo, poderia ser definida como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta (Braconnier; Marcelli, 2000), podendo ser vivenciada pelos sujeitos em processo de se tornarem adultos/as. Nessa perspectiva, aquilo que faz parte do chamado “mundo dos adultos” deve esperar, ficar para depois, sendo a sexualidade uma das dimensões que deveria ser experimentada apenas na vida adulta.

Essa dimensão de sexualidade, todavia, é limitada, pois associa sexualidade apenas à vida sexual, desconsiderando que a sexualidade envolve toda a nossa vida. Segundo Louro, a sexualidade (2008, p. 18) “é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado”. Nas palavras de Cesar Nunes (2005, p. 13), “vivemos num ambiente ‘sexualizado’ e os discursos sobre a sexualidade entrelaçam todas as esferas da nossa vida cotidiana; confusos, apelativos, questionantes, mistificadores e enquadradores”.

Adolescentes não estão alheios/as aos atravessamentos da sexualidade, por isso, a compreensão de sexualidade como sinônimo de vida sexual é restrita. A sexualidade seria a orientação dos desejos afetivos e sexuais que podem ser direcionados para pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos. A questão aqui é que a vida é movimento: as pessoas experimentam diferentes vivências em contextos diversos e a linearidade atribuída de modo fixo às fases da vida nem sempre se encaixa na vida real, demandando um alargamento nas formas de pensar e experimentar o tempo das coisas.

Consideramos da maior relevância a existência de políticas públicas, especialmente nos campos da Educação e da Saúde, voltadas à temática da gravidez na adolescência que, nessa fase da vida, é considerada uma questão de saúde pública. Mas, compreendemos que essa é uma questão complexa porque envolve “como reais desafios a pobreza, as desigualdades de gênero, a discriminação, a falta de acesso a serviços, e as opiniões negativas sobre meninas e mulheres” (UNFPA, 2013, p. ii) e, sendo assim, não será resolvida com propostas simplistas. É preciso investir em políticas de educação sexual pautadas na perspectiva dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, considerando que os/as adolescentes também são sujeitos desses direitos.

A fim de avançar nessas reflexões, situando-a na materialidade de uma política pública, cabe trazer a pergunta que intitula este texto: tudo tem seu tempo? Para essa questão, existem diferentes respostas. Mas, segundo o conjunto de ações e materiais educativos e comunicativos disseminados desde 2019 pelo Governo Federal, a *Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência*, sob coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a resposta é única: sim, tudo tem seu tempo! Para refletir sobre tal afirmativa, defendida pela proposta governamental voltada ao público de adolescentes, este texto tem como objetivo analisar as dimensões de gênero e sexualidade apresentadas no documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois – Coletânea de Artigos Científicos*, material resultante do primeiro Webinar promovido no âmbito das ações mencionadas, tendo ocorrido em fevereiro de 2021.

Nesse sentido, propomos uma análise cultural das dimensões de gênero e sexualidade apresentadas no documento mencionado a partir dos eixos educação sexual e saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. A análise cultural, de acordo com Silveira, Meyer e Felix (2019, p. 426), “é um procedimento de análise linguística, no qual a relação intrínseca entre cultura, linguagem e poder está em foco”. Para as autoras, trata-se de uma estratégia que permite “analisar textos e documentos de diversos tipos como artefatos

culturais para descrever e discutir as condições de possibilidade que permitem que determinadas ‘coisas’ sejam enunciadas e entrem no domínio da significação” (Silveira, Meyer; Felix, 2019, p. 425). Desse modo, tomamos a Coletânea de Artigos Científicos mencionada como um artefato cultural que situa a gravidez na adolescência e o gênero, a sexualidade e a educação sexual dentro de padrões fixos e lineares, de modo a orientar as políticas públicas sobre essas temáticas em nosso país. Passamos, pois, a apresentar o documento analisado.

Adolescência primeiro, gravidez depois? Notas sobre o documento em análise

O documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois - Coletânea de Artigos Científicos*³, como o próprio título diz, apresenta-se como um conjunto de textos, supostamente científicos, acerca das temáticas abordadas na *Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência*, promovida, desde 2019, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Ministérios da Educação e da Cidadania. Entre as atividades da *Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência* ocorridas em 2021, foi promovido o *Webinário Adolescência primeiro, Gravidez depois #Tudotemseutempo*, com “o propósito de promover discussão técnico-científica sobre a sexualização precoce, a prevenção da gravidez na adolescência e suas consequências para toda a sociedade” (Brasil, 2021, p. 6).

O documento em questão possui 41 páginas e está estruturado com as seguintes partes: “Apresentação”; “Gravidez na Adolescência: Fatores Associados e Repercussões”; “Reflexões Sobre uma Educação Sexual e Afetiva Verdaderamente Integral: Experiências em Outros Países”; “Comunicação da Sexualidade em Família: Mudança de Paradigma” e “O Desenvolvimento Psicológico Saudável na Adolescência e a Prevenção da Gravidez Precoce”. Os textos, com exceção da apresentação, são assinados pelos/as seguintes autores/as: Larissa Reis, Mercedes Figueroa, Dorita Porto e Élisson Silva Santos.

Embora o documento seja apresentado como uma “Coletânea de Artigos Científicos”, o que se observa são textos curtos, que não obedecem as normas do que, em

³ O documento pode ser acessado no seguinte link: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/prevencao-a-gravidez-precoce/COLETANEA_ARTIGOS_GRAVIDEZ.pdf. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

geral, se compreende como um artigo científico, que seria, conforme descreve a NBR 6022 (2018, p. 2), “[...] parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”. Os textos ali constantes, embora apresentem alguns embasamentos teóricos, parecem mais artigos de opinião, demonstrando pouca sustentação em termos científicos.

O documento tem capa e contracapa produzidas nas cores rosa e azul, o que está em consonância com a famosa fala da Ministra Damares Alves logo que assumiu o MMFDH: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Essa fala da Ministra, que é facilmente encontrada em vídeos disponíveis na internet, foi amplamente divulgada, questionada e problematizada na época em que foi dita. A capa apresenta o desenho de três pessoas que parecem adolescentes, sendo uma menina e dois meninos. Ela se encontra na parte alta e eles, ao final da página – o que parece indicar que, quando o tema é gravidez na adolescência, o foco é nas meninas. Talvez, nessa perspectiva, “tudo tem seu tempo” estaria menos destinado a eles do que a elas, reproduzindo padrões da cultura generificada e heterossexista que destinam, às mulheres, as questões relativas à reprodução e à educação das crianças.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA (2013, p. ii), a gravidez na adolescência tem sido assumida por diversos países “[...] por meio de ações voltadas à mudança de comportamento das meninas. Está implícito em tais intervenções uma crença de que a menina é responsável pela prevenção da gravidez e um pressuposto de que, se ela engravidar, ela é a culpada”. Para mudar essa situação, é preciso investir na transversalização de gênero nas políticas públicas, particularmente, aquelas destinadas à sexualidade e à saúde reprodutiva e sexual com foco em adolescentes.

Compreendemos gênero como ferramenta teórica, política, pedagógica e analítica que busca refletir e problematizar as condutas exigidas para mulheres e homens a partir de marcadores, quase sempre fixos, de feminilidades e masculinidades ensinados e reproduzidos pelas mais diferentes instituições sociais. Segundo Meyer (2003, p. 18), gênero não se reduz aos papéis e às funções sociais de mulheres e homens, pois instituições sociais, símbolos, normas, conhecimentos e leis “são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação”. Gêneros, assim como sexualidades, são ensinados e aprendidos, “[...]”

nas mais distintas situações, [...] de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (Louro, 2008, p. 18).

Desse modo, consideramos que o documento em análise se situa em uma abordagem simplista e dicotômica de gênero e sexualidade, não refletindo a necessária pluralidade que a abordagem desses temas demanda. Assim, seguindo nas trilhas do tempo e apostando que a ideia de que “tudo tem seu tempo” precisa ser relativizada, passamos, pois, a analisar o documento em questão com foco em gênero e sexualidade. Organizamos nossas reflexões em dois momentos: o tempo da educação sexual e o tempo da gravidez na adolescência, apresentados a seguir.

Tempo da educação sexual: entre o dito e o mal(dito)

Nossa sexualidade é essa pepita. Coberta por muita pedra bruta (a lei, a censura) e muita lama (as sucessivas camadas de preconceitos, as ideias falsas, de malícia e desrespeito), que sobre ela se avolumam desde que nascemos, reforçadas pelo processo de educação. O resultado é que muitos desistem de se encontrar sexualmente. Resignam-se ou se iludem. Mesmo aqueles que têm um prenúncio desse encontro quase sempre se atemorizam. Um desejo imprevisto, numa hora imprevista, é coisa que acontece a muita gente e que leva à corrida impulsiva a um confessorário ou a um divã psicanalítico, para se expurgar do perigo. Isto é uma pena, pois a ocorrência dessas situações é sinal certo de que estamos no caminho da descoberta da nossa sexualidade. A Educação Sexual deve preparar as pessoas para acolherem suas surpresas (Vasconcelos, 1993, p. 346).

No documento intitulado *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois*, o termo Educação Sexual aparece na centralidade dos debates, sendo mencionado, exatamente, vinte vezes. Nessas várias aparições, o termo está atrelado a palavras como: verdadeiramente, afetiva e integral; holística, preventiva, adiamento da vida sexual e abstinência, entre outras.

Sem dúvida, essa temática ganhou bastante notoriedade nas últimas décadas principalmente pelos equívocos conceituais, procedimentais e atitudinais quanto à organização do trabalho pedagógico nesse campo, seja pelas políticas públicas educacionais, de saúde ou dos direitos humanos. Daí, de início nos perguntamos: qual o tempo para Educação Sexual? O que se diz e como se diz sobre essa temática?

O documento ora em análise apresenta majoritariamente o foco de trabalho com a Educação Sexual a partir da adolescência. Contudo, entendemos que os assuntos

referentes à sexualidade humana estão presentes desde o processo gestacional/planejamento familiar da criança, pois pais e mães, ao desejarem o nascimento do/a filho/a, iniciam, em nível de expectativas e atitudes, sejam elas positivas e/ou negativas, uma forma de Educação Sexual. Começar a promover a Educação Sexual a partir da adolescência – como o documento menciona com bastante ênfase – significa perder a oportunidade de construção de um canal de comunicação com as crianças desde a infância.

Ao entendermos a ideia de tempo como algo fluído, cambiante e líquido, para gerar programas de formação sobre a Educação Sexual para crianças, jovens, adolescentes se faz necessário considerar os vários elementos sócio-históricos e culturais, pois a Educação Sexual se manifesta de várias formas, sendo elas pelas associações (gestos, comportamentos, palavras etc.), pelo reforço (positivo ou negativo em relação a algum comportamento) ou pela própria observação de condutas.

Evidentemente, corroboramos com a implementação de políticas públicas de qualidade para todos/as, de modo a proporcionar o debate, a reflexão e a construção de propostas de trabalho no que diz respeito às questões que envolvem a Educação Sexual. Aqui, tomamos a Educação Sexual não somente com o foco na gravidez na adolescência e nas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) com abordagem preventiva, pois compreendemos que essas são temáticas complexas que não podem ser abordadas de forma simplista.

Abordar a Educação Sexual como política pública abrange um espectro mais amplo. Significa falar além dos aspectos biológicos, o que implica tratar de temas como o respeito às diferenças, diversidade de gênero e de expressões da sexualidade, amor, violência contra as mulheres, relacionamentos, entre outros.

Discorrer sobre Educação Sexual significa também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, pecado, orientação sexual, sexualidades e deficiências, construção de papéis sexuais, identidade de gênero, IST e aids. Enfim, de todas as representações sociais que giram em torno da sexualidade na sociedade. Estas questões não estão fora da escola nem podem ser proibidas de entrar no cenário escolar, pois como diz Figueiró (2006):

Se pensarmos que a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz, e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta

ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor que ensina sobre sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e de projetos de vida (Figueiró, 2006, p. 17).

Nesse eixo interpretativo, Hilda Alevato (2012) acrescenta:

Educação sexual não é uma ‘disciplina’ à parte. É formação humana que se relaciona não apenas com a escolha do parceiro ou com a obediência às determinações de ‘parâmetros curriculares’. Relaciona-se com todas as esferas da vida. Relaciona-se com a organização da sociedade, às políticas da subjetividade, às relações de poder e até ao sofrimento vivido por aqueles/as que ousam (ou não ousam, já que também sofrem) ir além dos artefatos materiais e simbólicos que identificam e enquadram seu gênero (Alevato, 2012 p. 84).

Dentro dessa ótica, acreditamos que a promoção da Educação Sexual como política pública perpassa, em primeiro lugar, pelo compromisso político do Estado em reconhecer a saúde sexual como direito humano fundamental, com leis vigentes destinadas a proteger os direitos sexuais, além de políticas explícitas destinadas à proteção e à promoção da saúde sexual e educação com qualidade para todos/as – ou seja, um processo formativo do ser humano.

É interessante ponderarmos que o documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois* ressalta que essas ações foram deflagradas desde 2019: a partir da “carta de compromisso para uma agenda intersetorial de prevenção da Gravidez na Adolescência, [ações] vêm sendo executadas de forma conjunta e articulada entre os Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; da Saúde; da Educação”. Contudo, isto parece, no mínimo, contraditório, pois, como desenvolver tal agenda em um cenário educacional no qual o principal documento orientador das políticas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2017), não aborda temáticas como Educação Sexual, diversidade sexual ou gênero?

Nesse sentido, pensar uma proposta de Educação Sexual a partir do que ficou sinalizado e mal(dito) no documento em foco significa uma formação descontextualizada, de caráter aplicacionista, que se volta somente para prevenção da gravidez na adolescência e para a abstinência como medida salvadora para a situação. A abordagem da abstinência sexual como estratégia para prevenção de gravidez na adolescência é desconectada da vida real desses sujeitos, muitos/as dos/as quais já iniciaram a vida sexual. Ademais, como já dissemos, essa dimensão é simplista porque desconsidera que, para alguns/algumas adolescentes, a gravidez está relacionada a situações sociais bastante

complexas que precisam ser enfrentadas de modo sério e eficaz, tais como “casamento precoce, desigualdade de gênero, obstáculos aos direitos humanos, pobreza, violência e coerção sexual, políticas nacionais que restringem o acesso à contracepção e à educação sexual apropriada à idade, falta de acesso à educação e serviços de saúde reprodutiva, falta de investimento em capital humano das adolescentes” (UNFPA, 2013, p. v).

Além disso, é preciso considerar que boa parte das pessoas iniciam a vida sexual na adolescência. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE, 35,4% dos/as estudantes entre 13 e 17 anos participantes da pesquisa mencionaram já ter tido alguma relação sexual na vida, sendo 39,9% dos meninos e 31% das meninas. Ainda segundo dados da PeNSE, 36,6% desses/as adolescentes tinham 13 anos ou menos na sua primeira relação sexual (IBGE, 2021). Considerando que esses números se referem aos/às estudantes, fica nítida a importância de atividades de Educação Sexual nas escolas em detrimento da proposta calcada na abstinência, conforme estabelece o documento em análise, pois um número expressivo de adolescentes escolares experimenta a vida sexual, queiramos ou não.

Assim, com base nas sinalizações que o documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois* apresenta, fazemos o contraponto a partir de uma proposta de Educação Sexual ancorada nos seguintes princípios:

- educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade;
- educar sexualmente é criar oportunidades para o/a aluno/a expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos;
- para educar sexualmente é preciso saber ouvir;
- o/a aluno/a deve ser visto como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas;
- o/a professor/a deve ser a pessoa que cria as condições para o/a aluno/a aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos (Figueiró, 2018, p. 94).

Movidos/as por esse entendimento, não poderíamos deixar de ressaltar, em função do conteúdo presente no documento, que corroboramos com uma Educação Sexual integral, que conte com a participação da escola, das famílias, de organizações não-governamentais (ONGs) e demais parcerias que possam contribuir com o processo formativo das pessoas sobre a temática. Logo, é óbvio que a Educação Sexual, como qualquer outro âmbito da Educação, deve estar de acordo com o nível de maturidade do indivíduo, o que significa dizer que, em função de idade, variam conteúdos e métodos.

Acreditamos assim em uma proposta circular (os temas devem ser tratados de acordo com cada idade, repetindo-se informações), progressivo (em nível de conteúdo) e continuada (sempre aprendendo) (Figueirêdo Netto, 2006).

Um cuidado especial que o documento proposto pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal ainda precisaria ter, ao abordar o assunto da Educação Sexual, era trazer os conceitos de forma articulada teórica e metodologicamente. Logo, o documento em tela se apresenta de forma superficial, mal escrito, contendo parágrafos que não se articulam; além de conter incoerências entre autores/as citados/as no decorrer do texto e a lista final de referências. Outro problema refere-se à abundância de temas e assuntos colocados de forma pulverizada, sem o devido aprofundamento conceitual.

Assim, diante da nossa exposição, ratificamos que o trabalho com a Educação Sexual é complexo, pois implica em uma reeducação da própria sexualidade por parte de todos/as os/as atores e atrizes sociais. A sexualidade humana é um fenômeno multidimensional, que não se limita apenas à dimensão biológica, compreendendo também as dimensões psíquica, social, cultural, econômica, política, educacional, entre outras. Tendo esse entendimento, lançamos ideias provocadoras de construção de espaços educativos para se falar dessas questões cotidianas e apontar possibilidades de um trabalho coletivo entre escolas, pais, mães, estudantes, professores/as, gestores/as e toda a comunidade escolar.

Tempo da sexualidade na adolescência e na saúde reprodutiva

A gravidez na adolescência, conforme expusemos anteriormente, é uma problemática complexa e que precisa ser abordada no âmbito das escolas na pauta da Educação Sexual com foco nos direitos humanos. Isso porque a experiência da gravidez, assim como da maternidade e paternidade nessa fase da vida, atinge de modos diferentes os/as adolescentes. Segundo o UNFPA (2013, p. vii), “[...] a gravidez na adolescência não ocorre em um vácuo, mas é consequência de um conjunto de fatores interligados como pobreza generalizada, aceitação do casamento precoce pelas comunidades e famílias, e esforços insuficientes para manter as meninas na escola”.

O debate em torno da gravidez na adolescência está em plena disputa discursiva e política. Segundo Vargas, Felix e Santos (2020), esses debates sustentam-se em três perspectivas: uma que considera “a experiência da gravidez e da maternidade como um

direito reprodutivo de adolescentes e jovens maiores de 14 anos (uma vez que a legislação brasileira não considera uma escolha as relações sexuais com pessoas menores de 14 anos)”; outra pautada no “exercício da sexualidade, da educação em sexualidade e da saúde pública” e a última, defendida pelo documento em análise, “cujas visões moralistas não reconhecem as experiências do exercício da sexualidade entre jovens e apostam na abstinência como estratégia de prevenção” (Vargas; Felix; Santos, 2020, p. 440). Segundo as autoras, “indiferente de ser ou não desejada, a gravidez, em qualquer etapa da vida, implica em uma série de mudanças e desafios”, mas, na adolescência, “[...] acrescentam-se a esses desafios a necessidade de se conciliar a maternidade à continuidade dos estudos, ao trabalho e às práticas de diversão e entretenimento, comuns na juventude em uma cultura como a nossa” (2020, p. 443). Em outros termos, não há consenso na abordagem da gravidez na adolescência e, de nossa parte, argumentamos pelo debate em torno da educação sexual e dos direitos humanos, por a consideramos como a perspectiva mais adequada de tratamento dessa temática.

O documento em análise refere-se à gravidez na adolescência como sendo “gravidez precoce”, apresentando dados da Organização Mundial de Saúde – OMS sobre a temática, além de os efeitos dessa gravidez para as mães adolescentes. O documento aborda com veemência os aspectos negativos da gravidez nessa fase da vida – porém o faz sem considerar os aspectos sociais em torno desse fenômeno – e destaca a abstinência como estratégia de prevenção. Segundo o UNFPA (2013, p. viii), a gravidez na adolescência “é o resultado de diversas forças subjacentes sociais, econômicas e de outras naturezas” e, por isso, sua abordagem “requer estratégias multidimensionais orientadas ao empoderamento das meninas, adaptadas a grupos específicos de meninas, especialmente as marginalizadas e mais vulneráveis”. Ou seja, focar na abstinência como estratégia de prevenção à gravidez na adolescência é uma estratégia limitada e ineficaz, pois não acessa a multidimensionalidade cuja abordagem dessa temática carece.

Nas palavras de Cabral e Brandão (2020, p. 1), a abordagem da gravidez na adolescência, “em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero como o do Brasil demanda acuidade, competência teórica e técnica, e principalmente respeito à vida de milhões de adolescentes”. Segundo as autoras, o tratamento da gravidez na adolescência deve ser feito em perspectiva ampliada, uma vez que “esses são sujeitos de direitos, em processo de aprendizado da autonomia, do cuidado e controle de si e da sexualidade, como dimensão inerente às relações sociais” (Cabral; Brandão, 2020, p. 1).

O documento é frágil, também, por abordar apenas a perspectiva da prevenção, sem levar em consideração as meninas que engravidam e os meninos que se tornam pais. As escolas, famílias e demais instituições sociais precisam abordar sexualidade e gravidez na adolescência considerando não apenas a prevenção, mas os diversos contextos que cercam essa temática, incluindo aqueles de vulnerabilidade e de desigualdade que têm, como efeito, uma (ou várias) gravidez(es), muitas vezes não desejada(s) nessa época da vida. Segundo o UNFPA (2013, p. xi), “as meninas que engravidam precisam de apoio, não de estigma”. Acrescentamos que os pais adolescentes também precisam de apoio para exercer a paternidade e não abandonar seu filho/a, o que é bastante comum. E, nesse sentido, “governos, organizações internacionais, sociedade civil, comunidades, famílias, líderes religiosos e as e os próprios adolescentes têm um papel importante na realização da mudança. Todos vão ganhar ao nutrir as vastas possibilidades que essas meninas [e meninos], cheias de vida e esperança, trazem consigo” (UNFPA, 2013, p. xi).

Nessa direção, é preciso investir em processos de educação sexual com foco nas dimensões de gênero e sexualidade e centrado na perspectiva dos direitos humanos, o que não pode ser realizado, conforme propõe o documento em questão, limitando-se apenas à abordagem da abstinência sexual. Cabral e Brandão (2020, p. 2) argumentam que “a escolha pela abstinência sexual ou adiamento da iniciação sexual pode ser uma opção legítima, de caráter íntimo e pessoal, de qualquer homem ou mulher, em qualquer idade, independentemente de credo religioso”. Porém, tais escolhas não podem ser a tônica central de uma política pública. Conforme defendem as autoras, “[...] a formulação de políticas públicas em um estado democrático precisa estar assentada na perspectiva do respeito aos direitos humanos, ser construída baseando-se nas melhores evidências científicas disponíveis e respeitar a premissa da laicidade do Estado” (Cabral; Brandão, 2020, p. 2).

Outro aspecto importante a ser considerado nas ações educativas no âmbito da gravidez na adolescência é que a maternidade, assim como a paternidade, não são aprendizagens naturais. Torna-se mãe e pai quando uma criança nasce, mas isso não quer dizer que essa mãe e esse pai saibam exercer a maternidade e a paternidade, cuidar de seu(s) filho(s)/filha(s) e tudo que envolve essa experiência. Ademais, muitas vezes, essa mãe e esse pai não possuem condições financeiras para arcar com as despesas que envolvem essa experiência, dependendo do apoio das famílias, o que nem sempre é possível. Em outros termos, é importante aprender sobre maternidade e paternidade e apostamos que esse também deve ser um conteúdo abordado pelas atividades de educação

sexual nas escolas. Esses aspectos não são sequer mencionados pelo documento analisado.

Nessa direção, cabe afirmar que o documento em análise é simplista e não considera os principais argumentos científicos e as referências internacionais no âmbito da educação sexual de adolescentes. Para o documento, os dados apresentados servem para sustentar o argumento da prevenção, sem qualquer referência às mães adolescentes, sustentando-se em uma perspectiva de educação sexual que desconsidera adolescentes como sujeitos de direitos, entre eles, direitos sexuais. Essa abordagem é restrita do ponto de vista educacional porque não permite que as questões de gênero e sexualidade sejam visibilizadas, problematizadas e aprendidas, particularmente nos contextos de desigualdade social. Para o UNFPA (2013):

[...] em todo o mundo, as meninas têm maior probabilidade de engravidar em circunstâncias de exclusão social, pobreza, marginalização e desigualdade de gênero, dentro das quais elas não conseguem desfrutar ou exercer seus direitos humanos básicos, ou têm limitado o acesso aos cuidados de saúde, educação, informação, serviços e oportunidades econômicas (UNFPA, 2013, p. 2).

Além disso, a prevenção da gravidez na adolescência carece de investimentos em educação sexual, uma vez que “[...] depende também do conhecimento e da possibilidade de exercício de formas diversas de sexo seguro” (Cabral; Brandão, 2020, p. 2). Para Cabral e Brandão, a prevenção sob a ótica do sexo seguro não pode se limitar “[...] ao uso de insumos/dispositivos técnicos de prevenção (métodos contraceptivos, como preservativo e contracepção de emergência)”, uma vez que “demanda desenvolvimento de habilidades relacionais e afetivas no processo de construção da autonomia juvenil, dimensões fundamentais que permitem ao jovem reconhecer e articular desejos e limites sexuais, e a aprender a se antecipar e se preparar para os atos sexuais” (2020, p. 2). Ou seja, trata-se fundamentalmente de uma abordagem educacional, que não pode ser limitada a uma proposta de abstinência sexual, distante da realidade de boa parte dos/as adolescentes, como já mencionamos.

Além disso, segundo as autoras, é fundamental incluir os adolescentes homens nas estratégias educativas voltadas à redução da gravidez, o que precisa ser feito considerando “a reflexão sobre masculinidade, virilidade, desigualdade e violência de gênero. O chamamento à ‘adolescência primeiro, gravidez depois’ seguramente pode passar despercebido àqueles que não se sentem responsáveis pela gravidez/reprodução” (Cabral; Brandão, 2020, p. 2). Em relação a esse aspecto de envolvimento dos adolescentes

homens, o documento é tímido, mencionando, de modo passageiro, esses sujeitos no contexto da prevenção. A abordagem da paternidade na adolescência também é insuficiente no documento em análise.

Como buscamos demonstrar, a gravidez na adolescência é uma temática multidimensional e complexa que não pode ser abordada em uma única perspectiva, como sugere o documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois – Coletânea de Artigos Científicos*, que analisamos. Nosso argumento é que a Educação Sexual – na perspectiva dos direitos humanos, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos – é uma estratégia potente e eficaz para abordar a gravidez na adolescência, mas também a maternidade e a paternidade na adolescência com finalidade de evitar e reduzir a evasão escolar das adolescentes que engravidam e daquelas/es que, por distintas razões, tornaram-se mães e pais nessa fase da vida.

Considerações finais

Como já foi dito, este texto buscou analisar as dimensões de gênero e sexualidade apresentadas no documento *Tudo de Seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois – Coletânea de Artigos Científicos*. A importância de analisar este documento se impõe por se tratar de um conjunto de textos debatidos no âmbito das atuais políticas públicas de Educação Sexual com foco na gravidez na adolescência.

É importante ressaltar, logo de imediato, que as propostas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não se sustentam, pois apresentam argumentos vagos, pouco fundamentados em base científica e voltados apenas para a prevenção, sem incorporar as adolescentes mães e os adolescentes pais. Além disso, argumentam pela abstinência sexual, incorporada em uma ideia limitada de que “tudo tem seu tempo”, sem considerar adolescentes como sujeitos de direitos sexuais que, em geral, iniciam a vida sexual na chamada idade escolar. As experiências sexuais de cada indivíduo são particulares, assim, escolher quando, como e com quem iniciar a vida sexual deve ser uma condição privada. As escolas, famílias e demais instituições sociais têm o dever de orientar para escolhas livres de cada adolescente, por isso, compreendemos que a abstinência sexual pode ser uma escolha pessoal, mas não pode ser tratada como uma única possibilidade em documentos de políticas públicas.

A gravidez na adolescência, como argumentamos, é um fenômeno complexo e não pode ser abordado a partir de uma única perspectiva. Para Cabral e Brandão (2020,

p. 3), “outro desafio para a compreensão e enfrentamento da gravidez na adolescência é a heterogeneidade sociocultural desse público. Tratar a gestação compreendida entre 10 e 19 anos sob o mesmo estatuto é outro equívoco” – que, no entanto, se faz presente no documento em análise. É preciso, em nosso ponto de vista, ampliar a abordagem da educação sexual no sentido de ofertar possibilidades reais, que incluam o fato concreto de que muitas/os adolescentes iniciam a vida sexual nessa fase da vida. Ademais, “[...] nem toda gravidez na adolescência é indesejada. Tomar tal equivalência significa ignorar múltiplos contextos juvenis e os significados da reprodução entre as classes sociais” (Cabral; Brandão, 2020). Isto torna a temática ainda mais complexa, demandando ações alinhadas com os diversos contextos sociais nos quais a gravidez na adolescência e o exercício da sexualidade nessa fase da vida podem acontecer.

É preciso investir em políticas públicas que dialoguem sobre projetos de vida, exercício saudável da vida sexual e educação com qualidade social, justiça e enfrentamento das desigualdades, inclusive de gênero. Segundo o UNFPA (2013, p. 3), “meninas que engravidam antes dos 18 [e aqui também incluímos os meninos que se tornam pais nessa faixa etária] muitas vezes não conseguem desfrutar ou exercer seus direitos, como o direito à educação, à saúde e a um padrão de vida adequado, e, portanto, lhes são negados os direitos básicos”. Defendemos uma Educação Sexual que vise promover essas dimensões.

Na contramão do que estamos defendendo, o documento aborda uma compreensão de Educação Sexual que se inicia na adolescência, desconsiderando que a sexualidade é uma dimensão vital que atravessa toda a nossa vida. Outra contradição que observamos na análise do documento é que ele menciona a importância da Educação Sexual nas escolas, mas não propõe concretamente como realizá-la. Ademais, o MMFDH, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e as demais pastas do Governo Federal têm sido veementemente contra a abordagem de questões de gênero e sexualidade nas escolas. A *Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência*, nesse contexto, torna-se ineficaz porque não se ancora em ações concretas a serem realizadas nas escolas, sendo apenas um evento anual, com pouca repercussão no cotidiano escolar.

Cabe destacar, também, que o documento ora analisado é permeado por ideias pulverizadas, equivocadas, contraditórias e descontextualizadas dos/as adolescentes da vida real. E, por fim, mas não menos importante, não poderíamos deixar de lembrar o dualismo das cores rosa e azul presentes na capa que remete, ainda que subliminarmente,

à ideia de que gravidez é coisa das mulheres – no caso em questão, das adolescentes mulheres. A análise empreendida aponta para uma compreensão de gravidez na adolescência como “gravidez precoce”; argumenta por uma educação sexual “moderada” e “conciliadora” e aposta na abstinência sexual como alternativa “viável, democrática e eficaz” – dimensões estas que precisam ser problematizadas a partir das lentes de gênero e sexualidade, conforme propusemos neste texto. Assim sendo, corroboramos a importância de políticas públicas de qualidade social que abordem as questões que envolvem a Educação Sexual e a gravidez na adolescência de formas multidimensionais, na perspectiva dos direitos humanos e dos direitos sexuais com vista à construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa para todas as pessoas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: *Informação e documentação*: Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ADES, César. A experiência psicológica da duração. *Ciência e Cultura*, v. 54, n. 2, out./dez. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14806.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

ALEVATO, Hilda. Nexus & Sexus: transformações docentes. In: REIS, Maria Amélia de Souza; ALEVATO, Hilda (Orgs.). *Nexus & Sexus; perspectivas instituintes*. Petrópolis, RJ: DP *et alii*; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p. 55-87.

BRACONNIER, Alain; MARCELLI, Daniel. *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi, Editores, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, DF, 2017.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(8):e00029420. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WryX9xCMY5vwNwjM33pqbyb/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 30-out-2021.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: EDUEL, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - 2019. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pró-posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago, 2008.

MEYER, Dagmar E. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane.; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003b. p. 9-27.

NUNES, César Aparecido. *Desvendando a sexualidade*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NETTO, Jerusa Maria Figueirêdo. *Questões básicas que envolvem o tema Educação Sexual*. 2006 (material impresso).

SILVA, Jeane Félix da. *"Quer teclar?"*: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, 2012.

SILVEIRA, Catharina da Cunha; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; FELIX, Jeane. A generificação da intersectorialidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 100, n. 255, p. 423-442, maio/ago. 2019.

VASCONCELOS, Naumi de. *Polêmica Amor e Sexo na Adolescência*. São Paulo: Moderna, 1993.

VELOSO, Caetano. Oração ao tempo. Intérprete: Caetano Veloso. Composição: Caetano Veloso. In: Caetano Veloso. *Cinema Transcendental*. Brasil: Philips, 1989, faixa 2.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em junho de 2025.